



Prefeitura Municipal de Surubim

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 044/2000

EMENTA: Regulamenta as atividades de Assistência Social no Município do Surubim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, Considerando a necessidade de assumir, de forma permanente a assistência social no Município como política pública que objetiva, acima de tudo, garantir às pessoas carentes as condições mínimas de sobrevivência através de ações que visem a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, faço saber que a Câmara Municipal de Surubim aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo I. A Prefeitura Municipal do Surubim promoverá a política de assistência às pessoas carentes, na forma estabelecida na presente Lei e disposições regulamentares atinentes à espécie.

Artigo II. A política de Assistência Social de que trata esta Lei será desenvolvida pela Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Artigo III. Para fins do que dispõe esta Lei, considerar-se-á carente a pessoa que comprove não possuir meios de promover a própria manutenção.

Parágrafo Único – A comprovação do estado de carência de que trata este artigo, será feita pelo interessado ao Departamento de Serviço Social e/ou Departamento de Apoio Comunitário, quando do seu cadastramento para recebimento de qualquer benefício oferecido, mediante apresentação de:

- a) Atestado e/ou declaração de pobreza assinado pelo próprio interessado, renovado a cada 6 (seis) meses.

Artigo IV. As atividades de assistência social desenvolvidas pelo município, objetivarão principalmente assegurar a população carente a concessão dos seguintes benefícios:

- a) Distribuição de:
- I. Cestas básicas
 - II. Leite
 - III. Medicamentos



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

- IV. Cadeiras de rodas
- V. Óculos
- VI. Aparelhos Ortopédicos
- VII. Dentaduras
- VIII. Colchões
- IX. Cobertores e Agasalhos
- X. Enxovais para recém nascidos
- XI. Material de construção para pequenos reparos e/ou recuperação de habitações
- XII. Ataúdes de tipo popular e traslado do corpo, caso o óbito ocorra fora de município
- XIII. Peixes durante a Semana Santa
- XIV. Passagens para transporte.

b) Recursos financeiros para:

I – Exames ou tratamentos de saúde fora do município, desde que indicados por médicos do serviço público municipal

Parágrafo Primeiro: A liberação do material constante do Artigo 4º, item XI, somente ocorrerá após a emissão, pela Secretaria Municipal de Transporte, Saneamento e Obras, do competente “Parecer Técnico”, sobre a situação do imóvel, o tipo e a qualidade do material necessário aos serviços.

Parágrafo Segundo – A liberação de uma forma de ajuda exclui a liberação de outra no prazo de 15 (quinze) dias.

Artigo V Os benefícios de que trata o artigo anterior somente serão concedidos após:

a) Cadastramento do interessado no Departamento de Serviços Sociais, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I – Carteira de Identidade (RG) ou CPF
- II – Comprovante de residência

- b) Requerimento do benefício, bastando para isso, o preenchimento e a assinatura de formulário próprio, fornecido pelo departamento de Serviços Sociais.
- c) Documentação constante do art. 3º, parágrafo único.



Prefeitura Municipal de Surubim
GABINETE DO PREFEITO

- d) Apresentação de certidão de óbito ou guia de sepultamento, no caso de solicitação de ataúdes.
- e) Prescrição médica, no caso de solicitação de exames ou tratamentos médicos, fora do município, medicamentos e óculos.

Parágrafo único – O cadastramento do interessado é requisito indispensável para a concessão de quaisquer dos benefícios elencados nesta Lei.

Artigo VI. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo VII. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim, em 01 de setembro de 2000.


JOSÉ ARRUDA
PREFEITO